

Especialistas em Direito atuarão no Legislativo

JORNAL DE BRASÍLIA

João Domingos

da AE

Quando o Congresso Nacional reiniciar suas atividades em agosto, um grupo de 20 especialistas em Direito Constitucional, que passará a atuar junto ao Legislativo, será apresentado aos presidentes do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE), e da Câmara, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS). Sem ônus para o Congresso, o grupo oferecerá apoio às comissões técnicas, principalmente quanto à constitucionalidade das medidas provisórias do Executivo e de projetos de lei de iniciativa dos parlamentares.

A idéia foi da Seção do Distrito Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e atende a um apelo feito por filiados. O grupo também fortalecerá o "lobby" dos advogados no Congresso, atualmente superado pela força do Poder Judiciário e do Ministério Público Federal. "A idéia é termos uma sala dentro do Congresso, como já têm os assessores parlamentares dos ministérios", disse o presidente da OAB-DF, Esdras Dantas.

A primeira missão do grupo, denominado Comissão de Assuntos Legislativos, será fazer o acompanhamento da tramitação da lei complementar que cria a Advocacia-Geral da União. "É um assunto de profundo interesse da categoria dos advogados", disse Dantas. "Com a comissão, poderemos acompanhar durante todo o tempo as matérias que nos interessam, do ponto de vista corporativo, e também as que nos dizem respeito, pela constitucionalidade", informou ainda o presidente da OAB.

Os nomes dos advogados que integrarão a comissão já foram escolhidos. Entre eles estão o ex-deputado Edme Tavares, especialista em Direito Constitucional, e Luís Fernando Garcia de Oliveira, que durante mais de 20 anos foi assessor jurídico da Câmara dos Deputados. Tavares já transferiu seu escritório de advocacia de João Pessoa (PB) para Brasília, e Luís Fernando nunca se afastou do Legislativo. Ele é o defensor de 160 — entre eles Ibsen Pinheiro e o líder do Governo na Câmara, Humberto Souto (PFL-MF) — dos 528 parlamentares condenados pela juíza fe-

deral Selene Maria de Almeida a pagar US\$ 59 milhões (cerca de Cr\$ 19,6 bilhões, ao câmbio comercial de hoje) ao Tesouro. Em 1984, estes parlamentares autorizaram o Poder Executivo a indenizar a Companhia Vale do Rio Doce em US\$ 59 milhões pela área de Serra Pelada (PA), invadida por garimpeiros. Agora, a juíza quer responsabilizá-los pelos gastos.

Luís Fernando acha que o processo legislativo passa por momentos difíceis. "Ultimamente vêm ocorrendo inúmeros questionamentos no Poder Judiciário sobre decisões do Legislativo. E o Supremo Tribunal Federal tem declarado seguidamente que as decisões legislativas são inconstitucionais". Ele lembrou que esta é a primeira vez que a OAB toma a iniciativa de prestar assessoria direta ao Congresso, e informou que todos os assuntos de interesse dos advogados que estiverem em tramitação ali serão levados às OABs regionais, para debates setorializados. A partir daí, a comissão se posicionará junto ao Legislativo pela aprovação ou rejeição de matérias. (AE)